



Índice

Nota biográfica da autora.....	5
Introdução.....	7
1. Base legal.....	11
1.1. <i>Constituição da República Portuguesa</i>	11
1.2. <i>Lei de Autorização Legislativa</i>	12
1.3. <i>RJAT e Portaria de Vinculação</i>	15
1.3.1. <i>Direito subsidiário</i>	16
1.4. <i>Código Deontológico e Regulamentos do CAAD</i>	18
1.4.1. <i>Código Deontológico e Regulamento de Seleção e Designação de Árbitros</i>	18
1.4.2. <i>Regulamento de Custas</i>	19
2. Competência dos Tribunais Arbitrais Tributários	21
2.1. <i>Competência da competência</i>	24
2.2. <i>Pedido e objeto de pedir</i>	26
2.3. <i>Arbitrabilidade de atos de primeiro, segundo e terceiro grau</i>	27
2.4. <i>Cumulação de pedidos</i>	30
2.5. <i>Tributos vs. Impostos</i>	32
2.6. <i>Impostos administrados pela AT</i>	35
2.4. <i>Exclusão expressa do âmbito de vinculação</i>	40
2.4.1. <i>Reclamação graciosa prévia necessária</i>	41
2.4.2. <i>Métodos indiretos</i>	41
2.4.3. <i>Pretensões aduaneiras e impostos indiretos que incidam sobre mercadorias</i>	42
2.5. <i>Exclusão em razão do valor</i>	42
2.6. <i>Consequências da decisão de incompetência</i>	43
3. Prazos	45
3.1. <i>Prazo para a apresentação do pedido de constituição de TA</i>	45
3.2. <i>Prazos do procedimento arbitral</i>	48
3.3. <i>Prazos do processo arbitral</i>	49
4. Pedido de constituição de TA e pedido de pronúncia arbitral.....	51
5. Procedimento e processo arbitral tributário	61



6. Recurso e impugnação da decisão arbitral.....	69
<i>6.1. Recurso para o TC</i>	<i>70</i>
<i>6.2. Recurso para o STA</i>	<i>71</i>
<i>6.3. Impugnação da decisão arbitral para o TCA.....</i>	<i>72</i>
<i>6.4. Articulação entre o recurso e a impugnação da decisão arbitral..</i>	<i>75</i>
<i>6.5. Reenvio para o TJUE.....</i>	<i>77</i>
7. Regime de migração de processos.....	81
8. Principais vantagens da arbitragem tributária.....	83
Abreviaturas	85
Bibliografia	87